

AS ORIGENS DO TOTALITARISMO

Eric Voegelin (1953)¹

Tradução de Marta Rios Alves Nunes da Costa²

A vasta maioria de todos os seres humanos vivos na Terra é afetada em alguma medida pelos movimentos de massa totalitários do nosso tempo. Quer os homens sejam membros, apoiadores, companheiros de viagem, coniventes ingênuos, vítimas reais ou potenciais, quer estejam sob o domínio do governo totalitário, ou quer sejam livres para organizar suas defesas contra o desastre, a relação com os movimentos tornou-se uma parte íntima de sua existência espiritual, intelectual, econômica e física. A putrefação da civilização Ocidental, por assim dizer, liberou um veneno cadavérico espalhando sua infecção pelo corpo da humanidade. O que nenhum fundador religioso, nenhum filósofo, nenhum conquistador imperial do passado conseguiu — criar uma comunidade de seres humanos através da criação de uma preocupação comum a todos eles — agora foi realizado por meio da comunidade do sofrimento sob a expansão terrestre da sujeira ocidental.

Mesmo sob circunstâncias favoráveis, um processo comunitário de tal magnitude e complexidade não se prestará facilmente à exploração e teorização pelo cientista político. No espaço, o conhecimento dos fatos deve estender-se a uma pluralidade de civilizações; por assunto, a investigação terá que variar de experiências religiosas e sua simbolização, por meio de instituições governamentais e da organização do terrorismo, às transformações da personalidade sob a pressão do medo e da habituação a atrocidades; com o tempo, a investigação terá que traçar a origem dos movimentos ao longo do curso de uma civilização que durou um milênio. Lamentavelmente, porém, as circunstâncias não são favoráveis. A destruição positivista da ciência política ainda não foi superada; e o grande obstáculo para um tratamento adequado do totalitarismo ainda é a insuficiência de instrumentos teóricos. É difícil categorizar adequadamente fenômenos políticos sem uma antropologia filosófica bem desenvolvida, ou fenômenos de desintegração espiritual sem uma teoria do espírito; pois o moralmente abominável e o emocionalmente existente ofuscarão o essencial. Além disso, a explosão revolucionária do totalitarismo em nosso tempo é o clímax de uma evolução secular. E, novamente, por causa do estado insatisfatório da teoria crítica, a essência que cresceu até à atualidade em um longo processo histórico desafiará a identificação. As manifestações catastróficas

¹ Texto inicialmente publicado em *Review of Politics* 15 (1953) como resenha da obra de Hannah Arendt *The Origins of Totalitarianism* (New York: Harcourt, Brace, and Co., 1951) e republicado em: SANDOZ, E. (Editor), *THE COLLECTED WORKS OF ERIC VOEGELIN VOLUME 11* (Published Essays 1953-1965), Columbia e Londres: University of Missouri Press, 2000.

² O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - Brasil, n.303890/2024-0.

da revolução, o massacre e a miséria de milhões de seres humanos, impressionam o espectador tão fortemente e sem precedentes, em comparação com a era imediatamente anterior mais pacífica, de modo que a diferença fenomenal irá obscurecer a semelhança essencial.

Tendo em conta essas dificuldades, o trabalho de Hannah Arendt sobre *As Origens do Totalitarismo* merece atenção cuidadosa³. É uma tentativa de tornar os fenômenos contemporâneos inteligíveis ao traçar sua origem de volta ao século XVIII, estabelecendo assim uma unidade de tempo na qual a essência do totalitarismo se desdobrou em sua plenitude. E no que diz respeito à natureza do totalitarismo, ela penetra nas questões teoricamente relevantes. No entanto, este livro sobre os problemas da época também é marcado por esses mesmos problemas, pois carrega as cicatrizes do estado insatisfatório da teoria a que aludimos. Ele está repleto de formulações brilhantes e intuições profundas — como seria de se esperar de uma autora que dominou seus problemas como filósofa — mas, surpreendentemente, quando a autora persegue essas intuições acerca de suas consequências, a elaboração se desvia em direção a uma estagnação lamentável. Tais descarrilamentos, embora embaraçosos, são, no entanto, instrutivos — às vezes mais instrutivos do que as próprias intuições — porque revelam a confusão intelectual da época e mostram de forma mais convincente do que qualquer argumento por que as ideias totalitárias encontram aceitação em massa e a encontrarão por muito tempo.

Este livro está organizado em três partes: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo. A sequência dos três tópicos é aproximadamente cronológica, embora os fenômenos sob os três títulos se sobreponham no tempo. O antissemitismo começa a dar as caras na Era do Iluminismo; a expansão imperialista e os pan-movimentos alcançam de meados do século XIX até o presente; e os movimentos totalitários pertencem ao século XX. Além disso, a sequência revela uma ordem de intensidade e ferocidade crescentes no aumento de características totalitárias em direção ao clímax nas atrocidades dos campos de concentração. E é, finalmente, uma revelação gradual da essência do totalitarismo, de suas formas incipientes no século XVIII até ao modo totalmente desenvolvido do aniquilamento niilista de seres humanos.

No entanto, esta organização dos materiais não pode ser completamente compreendida sem sua motivação emocional. Há mais de uma maneira de lidar com os problemas do totalitarismo; e não é certo, como veremos, que a da Dra. Arendt seja a melhor. De qualquer forma, não pode haver dúvida de que o destino dos judeus, o massacre em massa e a falta de morada de pessoas deslocadas⁴, é para a autora um núcleo de choque emocional, o núcleo a partir do qual irradia seu desejo de investigar as causas do horror, de entender fenômenos políticos na civilização ocidental que pertencem à mesma

³ Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt, Brace, and Co., 1951, xv, 477 pages.

⁴ No original Voegelin utiliza a expressão “*the homelessness of displaced persons*”, mas esta condição de não ter moradia não é apenas uma condição de ausência de casa, abrigo físico, mas também ausência de lugar no mundo, como diria Arendt. N.T.

classe e de considerar meios que deterão o mal. Este método emocionalmente determinado de proceder, de um núcleo concreto de choque em direção a generalizações, conduz a uma delimitação do assunto. O choque é causado pelo destino dos seres humanos, dos líderes, dos seguidores e das vítimas de movimentos totalitários; portanto, o desmoronamento do antigo e a formação de novas instituições, os cursos de vida de indivíduos em uma era de mudança institucional, a dissolução e a formação de tipos de conduta, bem como as ideias de conduta correta, se tornarão tópicos; o totalitarismo terá que ser entendido por suas manifestações no meio de conduta e instituições apenas esboçadas. E de fato corre pelo livro — como o tema principal — a obsolescência do estado nacional, entendido como organização protetora das sociedades políticas ocidentais, devido às mudanças tecnológicas, econômicas e às consequentes mudanças do poder político. Com cada mudança, setores da sociedade se tornam "supérfluos", na medida em que perdem sua função e, portanto, são ameaçados em seu *status* social e existência econômica. A centralização do estado nacional e a ascensão das burocracias na França tornam a nobreza supérflua; o crescimento das sociedades industriais e as novas fontes de receita no final do século XIX tornam os judeus como banqueiros estatais supérfluos; toda crise industrial cria superfluidade de seres humanos por meio do desemprego; a tributação e as inflações do século XX dissolvem as classes médias em escombros sociais; as guerras e os regimes totalitários produzem milhões de refugiados, trabalhadores escravos e internos de campos de concentração e empurram os membros de sociedades inteiras para a posição de material humano dispensável. No que diz respeito ao aspecto institucional do processo, o totalitarismo é, portanto, a desintegração de sociedades nacionais e sua transformação em agregados de seres humanos supérfluos.

A delimitação do assunto por meio das emoções despertadas pelo destino dos seres humanos é a força do livro da Dra. Arendt. A preocupação com o homem e as causas de seu destino em convulsões sociais é a fonte da historiografia. A maneira como a autora dá conta dos eventos atualmente em movimento até suas origens na concentração do estado nacional remete a memórias distantes da grandiosa forma como Tucídides deu conta do movimento catastrófico de seu tempo, da grande *kinesis*, até suas origens no surgimento da *polis* ateniense após as Guerras Persas. A emoção em sua pureza torna o intelecto um instrumento sensível para reconhecer e selecionar os fatos relevantes; e se a pureza do interesse humano permanecer imaculada pelo partidarismo, o resultado será um estudo histórico de nível respeitável — como no caso da presente obra, que em suas partes substantivas se encontra notavelmente livre de absurdos ideológicos. Com admirável distanciamento da luta partidária da época, a autora conseguiu escrever a história das circunstâncias que ocasionaram os movimentos, dos próprios movimentos totalitários e, acima de tudo, da dissolução da personalidade humana, desde o ressentimento antiburguês e antisemita inicial até os horrores contemporâneos do “homem que cumpre seu dever” e de suas vítimas.

Esta não é a ocasião para entrar em detalhes. No entanto, alguns dos tópicos devem ser mencionados para transmitir uma ideia da riqueza da obra. A primeira parte é talvez a melhor breve história do problema antissemita existente; pois atenção especial deve ser dada às seções sobre os judeus da corte e seu declínio, sobre o problema judaico na Berlim iluminada e romântica, o esboço de Disraeli e o relato conciso do caso Dreyfus. A segunda parte — sobre o Imperialismo — é teoricamente a mais penetrante, pois cria os conceitos-tipo para as relações entre fenômenos, que raramente são colocados em seu contexto apropriado mais amplo. Ele contém os estudos sobre a emancipação fatídica da burguesia que quer ser uma classe alta sem assumir as responsabilidades do governo, sobre a desintegração das sociedades nacionais ocidentais e a formação de elites e turbas, sobre a origem do pensamento racial no século XVIII, sobre a expansão imperialista dos estados nacionais ocidentais e o problema racial nos impérios, sobre os correspondentes pan-movimentos continentais e a origem do nacionalismo racial. Dentro desses estudos maiores estão embutidas preciosas miniaturas de situações e personalidades especiais, como os esplêndidos estudos de Rhodes e Barnato, dos traços de caráter dos Bôeres e sua política racial, da burocracia colonial britânica, da incapacidade dos estados nacionais ocidentais de criar uma cultura imperial no sentido romano e o subsequente fracasso do imperialismo britânico e francês, do elemento de infantilismo em Kipling e Lourenço da Arábia, e da questão da minoria da Europa Central. A terceira parte — sobre o totalitarismo — contém estudos sobre a sociedade sem classes que resulta da superfluidade geral dos membros de uma sociedade, sobre a diferença entre multidão e massa, sobre a propaganda totalitária, sobre a polícia totalitária e os campos de concentração.

O resumo deste enorme material, bem documentado com notas de rodapé e bibliografias, é às vezes amplo, traindo a alegria da narração habilidosa do verdadeiro historiador, mas ainda mantido unido pela disciplina conceitual da tese geral. No entanto, neste ponto, uma nota de crítica terá que ser permitida. A organização do livro é um pouco menos rigorosa do que poderia ser, se a autora tivesse se valido mais prontamente dos instrumentos teóricos que o atual estado da ciência coloca à sua disposição. O seu princípio de relevância que ordena os materiais variados em uma história de totalitarismo é a desintegração de uma civilização em massas de seres humanos sem *status* econômico e social seguro; e seus materiais são relevantes na medida em que demonstram o processo de desintegração. Obviamente, esse processo é o mesmo que foi categorizado por Toynbee como o crescimento do proletariado interno e externo. É surpreendente que a autora não tenha utilizado os conceitos excepcionalmente diferenciados de Toynbee; e que mesmo seu nome não apareça nem nas notas de rodapé, nem na bibliografia, nem no índice. O uso do trabalho de Toynbee teria acrescentado peso substancial à análise da Dra. Arendt.

Como mencionamos, este excelente livro é, infelizmente, manchado por certos defeitos teóricos. O tratamento de movimentos do tipo totalitário no nível de situações sociais e mudanças,

bem como de tipos de conduta determinados por eles, está apto para dotar a causalidade histórica de uma aura de fatalidade. Com certeza, situações e mudanças exigem, mas não determinam, uma resposta. O caráter de um homem, o alcance e a intensidade de suas paixões, os controles exercidos por suas virtudes e sua liberdade espiritual entram como determinantes adicionais. Se a conduta não for entendida como a resposta de um homem a uma situação, e as variedades de resposta como enraizadas nas potencialidades da natureza humana em vez de na situação em si, o processo da história se tornará um fluxo fechado, do qual cada corte transversal em um dado ponto do tempo é o determinante exaustivo do curso futuro. A Dra. Arendt está ciente desse problema. Ela sabe que mudanças nas situações econômicas e sociais não tornam as pessoas simplesmente supérfluas, e que pessoas supérfluas não respondem necessariamente com ressentimento, crueldade e violência; ela sabe que uma sociedade implacavelmente competitiva deve seu caráter à ausência de freio e de um senso de responsabilidade pelas consequências; e ela está até inquietamente ciente de que nem toda a miséria dos campos de concentração nacional-socialistas foi causada pelos opressores, mas que uma parte dela decorreu da perda espiritual que tantas das vítimas trouxeram consigo. Sua compreensão de tais questões é revelada sem sombra de dúvida na seguinte passagem:

Nada talvez distinga as massas modernas tão radicalmente daquelas dos séculos anteriores quanto a perda da fé em um Juízo Final: os piores perderam o medo e os melhores perderam a esperança. Incapazes ainda de viver sem medo e esperança, essas massas são atraídas por todo esforço que parece prometer uma fabricação feita pelo homem do paraíso que elas desejavam e do inferno que elas temiam. Assim como as características popularizadas da sociedade sem classes de Marx têm uma semelhança estranha com a Era Messiânica, a realidade do campo de concentração se assemelha a nada mais do que a imagens medievais do inferno. (419)

A doença espiritual do agnosticismo é o problema peculiar das massas modernas, e os paraísos e infernos feitos pelo homem são seus sintomas; e as massas têm a doença, estejam elas em seu paraíso ou em seu inferno. A autora, portanto, está ciente do problema; mas, estranhamente, o conhecimento não afeta seu tratamento dos materiais. Se a doença espiritual é a característica decisiva que distingue as massas modernas daquelas dos séculos anteriores, então seria de se esperar que o estudo do totalitarismo fosse delimitado, não pelo colapso institucional das sociedades nacionais e pelo crescimento de massas socialmente supérfluas, mas sim pela gênese da doença espiritual, especialmente porque a resposta ao colapso institucional claramente traz as marcas da doença. Então, as origens do totalitarismo não teriam que ser buscadas principalmente no destino do estado nacional e nas mudanças sociais e econômicas concomitantes desde o século XVIII, mas sim na ascensão do sectarismo imanentista desde a Alta Idade Média; e os movimentos totalitários não seriam simplesmente movimentos revolucionários de pessoas funcionalmente deslocadas, mas movimentos

de credo imanentistas nos quais heresias medievais chegaram à sua fruição. A Dra. Arendt, como dissemos, não tira conclusões teóricas de suas próprias intuições.

Essa inconclusividade tem uma causa. Ela vem à tona em outra das formulações profundas que a autora projeta para uma direção surpreendente: “O que as ideologias totalitárias visam, portanto, não é a transformação do mundo exterior ou a transmutação revolucionária da sociedade, mas a transformação da própria natureza humana” (432). Esta é, de fato, a essência do totalitarismo como um movimento de credo imanentista. Os movimentos totalitários não pretendem remediar os males sociais por meio de mudanças industriais, mas querem criar um milênio, no sentido escatológico, por meio da transformação da natureza humana. A fé cristã na perfeição transcendental através da graça de Deus foi convertida — e pervertida — na ideia de perfeição imanente por meio de um ato do homem. E essa compreensão do colapso espiritual e intelectual é seguida, no texto da Dra. Arendt, pela frase: “A natureza humana como tal está em jogo, e mesmo que pareça que esses experimentos não conseguem mudar o homem, mas apenas destruí-lo... deve-se ter em mente as limitações necessárias a um experimento que requer controle global para mostrar resultados conclusivos” (433). Quando li esta frase, mal pude acreditar em meus olhos. “Natureza” é um conceito filosófico; denota aquilo que identifica uma coisa como uma coisa deste tipo e não de outro. Uma “natureza” não pode ser mudada ou transformada; uma “mudança de natureza” é uma contradição de termos; mexer na “natureza” de uma coisa significa destruí-la. Conceber a ideia de “mudar a natureza” do homem (ou de qualquer coisa) é um sintoma do colapso intelectual da civilização ocidental. A autora, de fato, adota a ideologia imanentista; ela mantém uma “mente aberta” em relação às atrocidades totalitárias; ela considera a questão de uma “mudança de natureza” uma questão que terá de ser resolvida por “tentativa e erro”; e como a “tentativa” ainda não pôde se valer das oportunidades oferecidas por um laboratório global, a questão deve permanecer em suspense por enquanto.

Essas frases da Dra. Arendt, é claro, não devem ser interpretadas como uma concessão ao totalitarismo no sentido mais restrito, isto é, como uma concessão às atrocidades nacional-socialistas e comunistas. Pelo contrário, elas refletem uma atitude tipicamente liberal, progressiva e pragmática em relação aos problemas filosóficos. Sugerimos anteriormente que os descarrilamentos teóricos da autora são às vezes mais interessantes do que suas intuições. E essa atitude é, de fato, de importância geral porque revela o quanto os liberais e totalitários têm em comum; o imanentismo essencial que os une anula as diferenças de *ethos* que os separam. A verdadeira linha divisória na crise contemporânea não corre entre liberais e totalitários, mas entre os transcendentalistas religiosos e filosóficos de um lado e os sectários imanentistas liberais e totalitários do outro lado. É triste, mas deve ser relatado, que a própria autora traça essa linha. O argumento começa com sua confusão sobre a “natureza do homem”: “Somente a tentativa criminosa de mudar a natureza do homem é adequada à nossa percepção trêmula de que nenhuma natureza, nem mesmo a natureza do homem, pode mais

ser considerada a medida de todas as coisas” — uma frase que, se tiver algum sentido, só pode significar que a natureza do homem deixa de ser a medida, quando algum imbecil concebe a noção para mudá-la. A autora parece ficar impressionada com o imbecil e está pronta para esquecer a natureza do homem, bem como toda a civilização humana que foi construída sobre seu entendimento. A “multidão”, ela admite, viu corretamente “que todos os quase três mil anos de civilização ocidental... entraram em colapso”. Saem os filósofos da Grécia, os profetas de Israel, Cristo, para não mencionar os pais da Igreja e os escolásticos; pois o homem atingiu a maioridade, e isso significa “que de agora em diante o homem é o único criador possível de suas próprias leis e o único criador possível de sua própria história”. Essa maioridade tem que ser aceita; o homem é o novo legislador; e nas tábuas limpas do passado ele inscreverá as “novas descobertas na moralidade”, que Edmund Burke ainda considerava impossíveis.

Parece um pesadelo niilista. E é um pesadelo, em vez de uma teoria bem pensada. Seria injusto responsabilizar a autora pelo nível de pensamento crítico, pelo que obviamente é um tremor traumático devido ao impacto de experiências que foram mais fortes do que as forças da resistência espiritual e intelectual. O livro como um todo não deve ser julgado pelos descarrilamentos teóricos, que ocorrem principalmente em sua parte conclusiva. O tratamento do tema é animado e sempre atravessado pelo conhecimento antigo sobre a natureza humana e a vida do espírito, que, nas conclusões, a autora deseja descartar e substituir por “novas descobertas”. Vamos, em vez disso, nos confortar com a ironia inconsciente da frase de encerramento da obra, onde a autora apela, para o “novo” espírito de solidariedade humana, a Atos 16:28: “Não te faças mal algum, pois todos estamos aqui.” Talvez, quando a autora passar da citação para a audição dessas palavras, seu medo torturante termine como o do carcereiro a quem elas foram dirigidas.